

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

PROCESSO Nº 3.991/1996

PARECER Nº 0907/2020 - G3P

EMENTA: Pensão civil. SEE/DF. Filhos menores. Legalidade, com correção. Revisão. Inclusão de filho maior inválido. Diligência. Cumprimento parcial. Retificação. Reinclusão de filha na condição de maior inválida. Requerimento. Pedido de exclusão da irmã. Demanda judicial. Conhecimento. Sobrestamento. Determinação à Jurisdicionada. Razões de defesa. Conhecimento. Manutenção do sobrestamento e diligência. Nova contestação do rateio. Conhecimento, levantamento do sobrestamento, legalidade da revisão em favor do filho inválido, e diligência alusiva à retificação em favor da filha inválida. Cumprimento parcial. Nova diligência. Cumprimento. Conhecimento, regularidade da reinclusão da beneficiária em virtude de Sentença judicial e arquivamento dos autos. Novo requerimento do irmão inválido questionando o rateio. Instrução sugere o conhecimento e improcedência. Parecer convergente do MPC/DF.

Retorna o presente feito que versa sobre a pensão civil instituída por Maria José Escórcio, falecida em 17.09.1995, matrícula nº 93.855-6, com base no cargo de Professor, em favor de Daiana Caroline Escórcio dos Santos, Fred Jason Escórcio de Almeida e James Coleman Escórcio de Almeida (filhos menores), cumulada com revisão de pensão para inclusão de Albano Macdovel Escórcio de Almeida (filho maior inválido), a contar de 02.08.2004, e com retificação para restabelecimento da pensão em favor de Daiana Caroline Escórcio dos Santos (na condição de filha maior inválida), conforme ato publicado no DODF de 21.02.2007.

2. A pensão em favor dos filhos menores, efetivada nos termos dos artigos 215, 217, inciso II, alínea "a", e 224 da Lei nº 8.112/90, foi considerada legal pela Decisão nº 4.748/03, com recomendação de ajuste no título de pensão, então atendida.

3. O filho maior inválido, Albano, então representado, beneficiário da posterior revisão, havia apresentado Requerimento manifestando inconformismo com a reinclusão também, em fevereiro/2007, da irmã Daiana, que havia deixado de receber o benefício a partir da maioridade, em agosto/2006, porém, nos termos do Laudo Médico juntado havia sido declarada inválida. Contudo, visto que o assunto estava sendo discutido no âmbito judicial (Processo nº 200602957960/0003), houve o sobrestamento da na análise, conforme a Decisão nº 479/2008.

4. O interessado havia ingressado com novo Pedido, que foi conhecido como Razões de Defesa, à luz do contraditório e da ampla defesa, sendo, porém, mantido o sobrestamento, conforme a Decisão nº 2.403/2009 (Peça 35). Posteriormente, apresentou outro Expediente (Peça 36), contestando novamente o aludido rateio.

5. Em seguida, pela Decisão nº 5.813/2017 (Peça 42), o Tribunal considerou legal a revisão para inclusão de Albano Macdovel Escórcio de Almeida, como filho maior inválido, a contar de 02.08.2004, oportunidade em que determinou diligência em relação ao ato de retificação que reincluiu Daiana Caroline Escórcio dos



MPCDF

Fl.
Proc.: 3.991/96

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Santos como filha maior inválida, para que fosse comprovada “a *preexistência da invalidez ao tempo do óbito da instituidora da pensão*”, além de que, em caso de posterior comprovação do direito, o ato fosse “*considerado como ‘habilitação tardia’, na forma da lei, salvo expressa disposição judicial em sentido contrário*”.

6. A despeito da inserção de novo Requerimento do beneficiário Albano (Peça 60), pleiteando o cancelamento da pensão restabelecida à irma, pela Decisão nº 816/2019 (Peça 65), houve a solicitação de informações atualizadas acerca da demanda judicial em curso, facultando-se o direito de defesa à interessada.

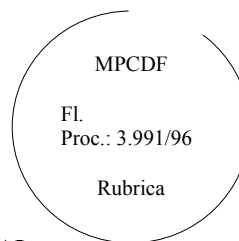
7. Em análise pretérita, a par de analisar a Defesa apresentada (Peça 75), mediante a Decisão nº 3.463/2019 (Peça 82), o Tribunal considerou-a parcialmente procedente e concluiu pela regularidade da continuidade do pagamento da pensão, como se apostilamento fosse, em virtude da constatação de invalidez antes que completasse 21 anos de idade, na esteira dos precedentes arrolados. Eis o teor daquela deliberação:

O Tribunal (...), decidiu: I - tomar conhecimento das razões de defesa em face da determinação contida no item II, a, da Decisão nº 816/2019, apresentadas por Lúcia Maria Escórcio, curadora da Senhora DAIANA CAROLINE ESCÓRCIO DOS SANTOS, por meio da advogada Luana Esthefani Escórcio Parreira – OAB/DF 59.074, para, no mérito, considerá-las parcialmente subsistentes; II) considerar cumprida a Decisão nº 816/2019; III) tendo em vista o que fora decidido nos Processos nºs 7.302/1993, 3.398/1995, 3.672/1999 e 3.656/1994 (Decisões nºs 923/2004, 76/2005, 4682/2007 e 3677/2008), considerar regular a continuidade do pagamento da pensão temporária a DAIANA CAROLINE ESCÓRCIO DOS SANTOS, acometida por invalidez em momento anterior ao implemento da idade estabelecida no artigo 217, II, alínea "a", da Lei nº 8112/90 (Lei DF nº 197/91), uma vez que foram satisfeitos os requisitos previstos no artigo 115 do Decreto nº 3048/99 (Regulamento da Previdência Social), aplicável à espécie por força do artigo 40, § 12, da Constituição Federal; IV) considerar como apostilamento o ato publicado no DODF de 21/07/2007, para considerar a Sra. DAIANA CAROLINA ESCÓRCIO DOS SANTOS como beneficiária da pensão instituída pela ex-servidora Maria José Escórcio, na condição de filha maior inválida; V) dar conhecimento desta decisão à Sra. Lúcia Maria Escórcio, curadora da pensionista DAIANA CAROLINE ESCÓRCIO DOS SANTOS, por meio da advogada Luana Esthefani Escórcio Parreira - OAB/DF 59.074; à Sra. Francisca Maria de Melo Escórcio de Almeida, curadora do pensionista Albano Macdovel Escórcio de Almeida; e ao Secretário de Estado de Educação (...); VI) autorizar o arquivamento do feito. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar (...).

8. Examina-se, nesta oportunidade, novo Requerimento do beneficiário Albano, então representado (Peça 93), do qual a Instrução extraiu as seguintes alegações:

4. O interessado, mediante curadora, representada por patrono, já qualificado nos autos, ingressou com o arrazoadado de fls. 401/402 e documentação de fls. 403/408, requerendo o cancelamento da pensão legada a sua irmã DAIANA CAROLINE ESCÓRCIO DOS SANTOS.

5. Nesse pleito, destaca que, embora a “absurda sentença” tenha considerado a Sra. Daiane incapaz, não teria o condão de afastar o cancelamento da pensão conferida a interessada, haja vista que não confirmou



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

a invalidez anterior ao falecimento da instituidora do benefício, nos moldes exigido pelo Tribunal.

6. Requereu, então, que fosse determinado à jurisdicionada o cumprimento do item IV, alínea “a”, da Decisão nº 5813/2017, promovendo o cancelamento da pensão dedicada à sua irmã.

9. Em sua análise de mérito, a Unidade Técnica aduziu, de plano, que não merecem prosperar as alegações. Teceu as seguintes considerações a respeito:

7. Ao nosso visio, não assiste razão ao interessado.

8. Primeiramente, convém ressaltar que as peças trazidas ao feito pelo pensionista, consistente na sentença confirmatória da curatela e no laudo médico com imprecisão do início da invalidez da Sra. DAIANA, já foram conhecidas pelo Tribunal (fls. 355/358-v e fl. 350, respectivamente).

9. Ao que parece, o autor do pleito, mediante representação legal, veio perante esta Corte novamente contestar o rateio da pensão, sem o devido conhecimento do desfecho destes autos.

10. isso, porque, embora tenha requerido cópia dos autos (fl.400) após a prolação da **Decisão nº 3463/2019** (fl. 399), solicitou somente das peças 01/82. Ademais, o referido patrono não recebeu o Ofício GP nº 7488/2019, cujo objetivo era dar-lhe conhecimento do referido *decisum* (fls. 409/411), o que somente veio a ocorrer em **18/11/2019**, com o recebimento do Ofício GP nº 7834/2019 (fl. 414-v).

11. Nesse contexto, considerando que o item IV, “a”, da Decisão 5813/2017 foi reiterado, na forma do **item II, “a”, da Decisão 816/2019**, possibilitando à Sra. Daiana o exercício do contraditório e da ampla defesa, não vislumbramos descumprimento da referida recomendação.

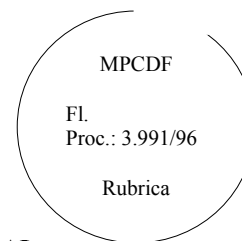
12. Aliás, as razões de defesa em face da determinação contida no item II, a, da Decisão nº 816/2019, apresentadas por Lúcia Maria Escórcio, curadora da Sra. Daiana, por meio de advogada constituída, foram consideradas, no mérito, parcialmente subsistentes, de modo que o Tribunal teve por **“regular a continuidade do pagamento da pensão temporária a DAIANA CAROLINE ESCÓRCIO DOS SANTOS”**, reconhecendo a sua condição de beneficiária da pensão instituída pela ex-servidora Maria José Escórcio, na condição de filha maior inválida.

13. Nesse contexto, temos por encerrada a questão **no âmbito do Controle Externo**.

14. Desta feita, considerando já conhecido o teor da Decisão nº 3463/2019 pelo representante legal da Sra. Francisca Maria de Melo Escórcio de Almeida, curadora do pensionista Albano Macdovel Escórcio de Almeida, **a medida que propõe é o arquivamento do feito**.

10. Nesse sentido, a par das ponderações e conclusões anteriores, finalizando, sugeriu ao e. Tribunal:

I. tomar conhecimento dos documentos de fls. 401/408, tendo por insubsistente o pedido nele consignado, considerando o desfecho dos autos, a teor da Decisão nº 3463/2019;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

II. dar conhecimento desta decisão à Sra. Francisca Maria de Melo Escórcio de Almeida, curadora do pensionista Albano Macdovel Escórcio de Almeida, por meio de seu patrono Dante Hammarskjeld Verdi Martins – OAB/DF 16.156;

III. autorizar o arquivamento do feito.

11. Expostas as considerações alvitadas na Instrução, cabe ressaltar que assiste razão à Unidade Técnica. A ação de Interdição ajuizada por Lúcia Maria dos Santos (tia), em desfavor da beneficiária Daiana Caroline Escórcio dos Santos (sobrinha), foi protocolada ainda em 2006 (ano em que a interessada atingiu a maioridade, e, por conseguinte, deixaria de perceber o benefício, caso não comprovasse possível invalidez), tendo sido então concedida a “*curatela provisória*”, fatores estes que convergiram para a confirmação de preexistência da necessidade de interdição, antes de completar os 21 (vinte e um) anos de idade (quando deixaria de fazer jus ao rateio).

12. É certo que, no âmbito judicial, havia sido proferida nova Decisão Interlocutória, em 2008, no sentido de revogar “*a curatela provisória concedida*”, notadamente em face do depoimento do genitor da interditanda (já falecido), contestando os fatos, e mormente devido à ausência das interessadas, que não haviam sido localizadas no endereço informado, para se defenderem.

13. Verificou-se que, de outra parte, novas provas trazidas aos autos, em especial a Sentença Judicial, dava conta que, após produção de provas, oitiva das partes (e inclusive do genitor da interditanda), com respaldo em: Laudo Médico Pericial, de perito oficial; novo Parecer do MP; oitiva de testemunhas, incluindo-se depoimentos de médicos psiquiatras que confirmaram atendimentos anteriores à interessada, concluiu-se que “*a curatela não apresenta condições de exercer os atos da vida civil, uma vez que é incapaz de administrar seus bens, tornando dependente de terceiros para desempenhar suas atividades*”, culminando na decretação da interdição. Aduziu-se que, portanto, à luz das provas e contestações então apresentadas em Juízo, não caberia a reavaliação das alegações do outro pensionista, quanto à citada incapacidade da interessada.

14. Ademais, reconheceu-se que os precedentes então invocados na Instrução anterior comportavam a tese de que, quanto do referido óbito, a interessada passou a fazer jus ao benefício, até atingir a maioridade (cuja concessão foi considerada legal) e, antes de perder tal direito, já apresentava tal incapacidade, a ensejar a manutenção do benefício pensional, culminando na Decisão nº 3.463/2019, reproduzida alhures.

15. Desta feita, tendo em conta que as questões dispostas no Requerimento ora tratado, inclusive a Sentença Judicial anexada, já foram devidamente sopesadas pelo Tribunal, com conclusão de mérito a respeito, como bem apontou a Instrução, depreende-se esgotada a análise, sob o prisma do Controle Externo a cargo do Tribunal, razão pela qual opina este **Parquet** especializado pelo acolhimento das sugestões.

É o parecer.

Brasília, 17 de novembro de 2020.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador